

## Conselhos Executivo e Fiscal tomam posse



A AMB está de cara nova. A atual administração tomou posse no dia 17 de dezembro passado e assumiu o compromisso da gestão para o triênio 2014-2016 perante mais de 600 convidados, entre eles autoridades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, presidentes de Associações de magistrados de diversos Estados, ex-presidentes da AMB, representantes do Ministério Público e advogados. O presidente João Ricardo Costa destacou as prioridades na sua gestão, assim como o relacionamento da AMB com os poderes constituídos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a imprensa.

Páginas 3 e 4

**Vice-Presidentes apontam  
as metas de suas pastas  
para a gestão**

Páginas 8 e 9

**Aprovado retorno do critério  
de votos do Conselho de  
Representantes**

Página 10

# Palavra do Presidente



Começamos aqui com o primeiro jornal da nossa gestão reafirmando os compromissos vetores que assumimos durante a campanha eleitoral: Unidade e Valorização da magistratura.

Sabemos que a nossa responsabilidade encontra seus obstáculos, mas jamais colocamos os nossos objetivos na dimensão do impossível. Ao contrário, acreditamos na capacidade da magistratura brasileira de se reinventar, de buscar alternativas e de superar as mais severas crises. Estamos assumindo a AMB com um grupo experiente, aguerrido e sobretudo que compartilha de um conceito associativo que privilegia a transparência, a democracia, a pluralidade e a concepção da alta relevância pública da carreira da magistratura.

Somos um coletivo de lideranças e, nesta condição, pretendemos atuar com rigorosa observância as várias formas de pensar e atentos aos diversos olhares que possam ser lançados sobre as questões mais relevantes que afetam a magistratura. A nossa atuação será lastreada por esta conjuntura e com ela vamos caminhar em busca da efetividade das nossas lutas, que não são poucas.

Já estamos em campanha pela democratização do Judiciário. Queremos votar para escolha dos presidentes dos tribunais. Queremos participar da gestão do Judiciário. A nossa função é incompatível com a passividade. A magistratura é funcionalmente protagonista. Não podemos admitir qualquer modelo que se mostre incompatível com a natureza da atividade jurisdicional, como se apresenta hoje a estrutura político-administrativa dos tribunais. Aos resistentes à ideia, desde já noticiamos que é um caminho sem volta. Em breve a democracia na nossa República será

plena com a universalização do voto no Judiciário. Não sossegaremos enquanto não conseguirmos.

A carreira e a estabilidade da remuneração da magistratura também estarão de forma prioritária no cotidiano da nossa gestão. O restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) é fundamental para que possamos considerar que temos uma carreira. O subsídio, a nossa única forma de remuneração, deve ter sua recomposição nos termos constitucionais.

O restabelecimento da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Magistratura já é a primeira medida que colocamos em prática para definir uma política consistente de Direitos Humanos na AMB.

Teremos especial empenho no melhoramento dos serviços judiciais, para tanto criamos a vice-presidência de Efetividade da Jurisdição. O objetivo é buscar uma análise científica do litígio no Brasil, para que possamos reduzir o tempo do processo, quer pela reestruturação dos procedimentos processuais, quer pela intervenção política precedente à distribuição, que traga consequências positivas antes mesmo da judicialização do litígio, tanto em termos de financiamento da justiça, como no âmbito da efetividade.

Iniciamos a caminhada com a convicção de que as nossas demandas são possíveis e de que temos quadros com capacidade de conduzir aos avanços que almejamos. Então, ao trabalho.

***Em breve a democracia na nossa República será plena com a universalização do voto no Judiciário. Não sossegaremos enquanto não conseguirmos***

**João Ricardo dos Santos Costa**  
**Presidente da AMB**



**PRESIDENTE**  
João Ricardo Costa

**VICE-PRESIDENTE DE COMUNICAÇÃO**  
Gil Guerra

**AMB INFORMA**  
Coordenadora de Comunicação:  
Renata Brandão

**Editora:**  
Daise Lisboa

**Equipe de conteúdo:**  
Daise Lisboa, Morena Pinheiro e Renata Brandão

**Revisão:**  
Cleide Medeiros

**Estagiária:**  
Fernanda Madeira

**Projeto gráfico e diagramação:**  
Marconi Martins

**Fotografia:**  
AMB, Agência Câmara, Agência Brasil, STF, Agência Senado, Agência CNJ, Júnior Aragão, Bylli Filgueira e arquivo pessoal.

**Página da AMB na internet:**  
[www.amb.com.br](http://www.amb.com.br)

**E-mail:**  
[imprensa@amb.com.br](mailto:imprensa@amb.com.br)

**Twitter:**  
<http://twitter.com/Magistrados>

**Youtube:**  
<http://www.youtube.com/ambMagistrados>

# Posse dos Conselhos Executivo e Fiscal reúne os três Poderes em Brasília

**Cerimônia recebeu mais de 600 pessoas e foi animada pela banda Judges**

A posse dos Conselhos Executivo e Fiscal da AMB, em solenidade no Espaço Porto Vittoria, em Brasília, dia 17 de dezembro, contou com a participação de mais de 600 pessoas.

Entre os presentes estavam o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa; os ministros do STF Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski; o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Raymundo Nonato de Cerqueira Filho; a ministra Nancy Andrichi, representando o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Felix Fischer; a ministra Maria de Assis Calsing, representando o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Carlos Alberto Reis de Paula; o corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão; o secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, representando o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho; o presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), Marcelo Bandeira Pereira; o secretário de Estado, Hideraldo Caron, representando o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro; o vice-governador de Minas Gerais, Alberto



Solenidade contou com a presença de representantes de diversos órgãos estaduais e federais

Pinto Coelho, entre outros.

Após a cerimônia a festa foi animada pela banda gaúcha Judges, formada por

quatro juízes do Rio Grande do Sul, especializada em cover de grandes nomes do rock'n'roll e do pop rock,

e inclui em seu repertório sucessos de Van Halen, U2, Rolling Stones, Barão Vermelho e Legião Urbana.

## Autoridades falam da expectativa com nova diretoria

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, comemorou a posse de João Ricardo e manifestou sua satisfação. "Desejo toda a sorte na nova gestão da AMB. Espero que a instituição traga contribuições construtivas para o Judiciário", afirmou.

Para o ministro Ricardo Lewandowski, a expectativa para a nova gestão da AMB é a melhor possível. "Temos um juiz jovem, aguerrido, experiente,



Joaquim Barbosa destaca a contribuição ao Judiciário

profissional e com os olhos voltados para o futuro. Tenho certeza de que o João Ricardo fará uma grande administração", disse.

Já o ministro Luís Roberto Barroso falou sobre as responsabilidades da AMB. "Essas instituições de classe, deixaram de ser instâncias corporativas e passaram a ser institucionais. Portanto, têm deveres não apenas com os interesses privados da classe, mas também com o avançar da agenda institucional da categoria. E para recuperar o prestígio e garantir uma boa visibilidade, a AMB está em boas mãos", ressaltou.



# João Ricardo recebe apoio da classe em dia de posse

**Cerimônia reuniu autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário**

O juiz João Ricardo Costa assumiu, no dia 17 de dezembro, o cargo de presidente da AMB para o triênio 2014-2016. O evento foi prestigiado por autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, presidentes de Associações de magistrados, ex-presidentes da AMB, representantes do Ministério Público e advogados.

Em seu discurso, João Ricardo falou das prioridades da nova gestão e do relacionamento da AMB com os poderes constituídos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a imprensa.

Quanto ao CNJ, o presidente afirmou que a AMB será parceira do Conselho, “para que cumpra suas funções nos limites das atribuições constitucionais, com rigoroso olhar sobre os preceitos do Pacto Federativo”.

“A expressiva votação que obtivemos nos confere considerável legitimidade, mas também nos impõe uma grande responsabilidade, a de atender o desejo de mudanças manifestado nas urnas”, afirmou. E completou: “A imprensa, o nosso grande instrumento da democracia, será a nossa ponte de diálogo com a sociedade, dependemos dos meios de comunicação para falar e ouvir”.



Presidente da AMB falou das prioridades da gestão em seu discurso

O novo presidente da AMB venceu a eleição em 23 de novembro e liderou a Chapa 1 - Unidade e Valorização, que recebeu 5.628 votos (59,35% de um total de 9.483 votantes) para compor os Conselhos Executivo e Fiscal da AMB.

## Perfil e experiência do novo titular

João Ricardo tem 53 anos de idade e larga experiência na magistratura, na qual atua há 23 anos, dividindo-se entre o associativismo e a docência. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 1984, e é pós-graduado em Direito pela Unisinos (2001). Ingressou no TJRS em agosto de 1990 e atuou nas comarcas de Planalto, Taquari e Canoas.

Atualmente, João Ricardo é titular do 1º Juizado da 16ª Vara Cível de Porto Alegre, professor de Direitos Humanos da Escola Superior da Magistratura (ESM) e membro do Tribunal Permanente dos Povos.

Na Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), foi presidente

(2010-2011); vice-presidente (2000-2001) e diretor do Departamento de Cidadania e Direitos Humanos (1996-1997, 1998-1999 e 2002). Na AMB, ocupou a vice-presidência de Direitos Humanos de 2008 a 2010 e presidiu a Comissão de Direitos Humanos. Foi coordenador estadual do Movimento “O Direito é Aprender” (junho/1997 a março/1998); membro da Comissão Coordenadora das Conferências de Direitos Humanos de 1998 (municipal e estadual); conselheiro da Associação dos Juizes para Democracia (2004-2005); e coordenador do Fórum Mundial de Juizes (2005).

Na docência, além de atuar na ESM, foi professor de Teoria Geral do Estado e Direito de Família da Unilasalle (2003-2008).

# Delaíde Arantes é a primeira filiada da gestão

## Ministra destaca união da classe por uma sociedade mais justa

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, recebeu a visita da ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ocasião em que assinou a ficha de filiação à AMB. “É uma grande alegria e honra recebermos a visita da ministra que acaba de se filiar a nossa entidade”, comentou João Ricardo destacando que Delaíde Arantes tem uma história de lutas. “Sua vinda é bastante representativa para nós. Isso demonstra o quanto a magistratura é rica e pode ser mostrada pela AMB. A ministra simboliza isso com esse ato de se unir a nós nesse projeto que é imenso, mas que é possível. Temos de



Delaíde Arantes disse que escolheu este momento por considerar muito importante à magistratura

acreditar nele”, avaliou o presidente.

A ministra contou porque optou em se filiar. “Estou na magistratura há dois anos e meio e escolhi esse momento que o considero muito especial. Estive na posse e ouvi atentamente o discurso de

João Ricardo Costa e fiquei muito entusiasmada com os projetos e o que tem para realizar nesta gestão. A partir daí pensei que preciso botar lá o meu tijolinho, por menor que ele seja. Parabens João Ricardo e todos os integrantes dessa gestão.

Desejo uma gestão profícuca e contem comigo”.

Delaíde Arantes explicou sobre seu comprometimento com a magistratura. “Venho da advocacia. Assumi a vaga pelo quinto constitucional e sempre me pautei para contribuir com o coletivo, com a categoria. Considero que além de ministra, sou cidadã, e preciso me unir a minha categoria, porque todos nós além do objetivo de julgar, fazer justiça, de bem exercer a nossa função de magistrado, temos responsabilidade com a construção de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais igualitária, mais democrática, e não consigo fazer nada sozinha. Preciso estar unida a minha associação de classe para esse objetivo”.

## AMB defende a autonomia dos tribunais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) julgou e decidiu pela alteração do entendimento sobre a movimentação na carreira da magistratura dos Estados. A sessão foi realizada em dezembro passado, quando os efeitos e a vigência de editais de movimentação na carreira da magistratura dos Estados da Paraíba e do Pará que, com base em leis estaduais, estabelecem que

a remoção de magistrados deva preceder qualquer promoção, até mesmo por antiguidade.

De acordo com o artigo 81 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) “na magistratura de carreira dos Estados, ao provimento inicial e à promoção por merecimento precederá a remoção”. Já a Lei Complementar Estadual nº 96/2010 (Lei de Organização e Divi-

são Judiciárias do Estado da Paraíba) e a Lei Estadual do Pará nº 7.621/2012 estabelecem que a remoção deve sempre preceder a promoção, seja ela por merecimento ou por antiguidade.

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, disse que o CNJ restabelece um critério que é importante para alguns Estados e valoriza a autonomia dos Tribunais para melhor admi-

nistrar a movimentação de juízes. “Cada Estado tem as suas peculiaridades, e é muito importante que isso seja respeitado. Em alguns, esse critério já vinha sendo adotado e foi em função de decisões do CNJ que passaram a adotar prioritariamente as promoções em detrimento das remoções. Esse segundo momento o CNJ restabelece o critério anterior”, avaliou.

# Em discurso, João Ricardo Costa fala

Diversos pontos foram abordados pelo presidente que apresenta s

**N**a solenidade de posse, o presidente fez um longo pronunciamento em que tratou de diversos temas. Nesta edição, o texto foi resumido, sem perder o teor. Leia os principais momentos e conheça como João Ricardo Costa se posiciona perante os desafios que terá pela frente e os compromissos que assume junto à magistratura.



Antes de tudo quero externar a minha gratidão aos colegas de diretoria que aceitaram o desafio de compor um coletivo para administrar a Associação dos Magistrados Brasileiros, sabedores das dificuldades que temos pela frente.

Cientes do compromisso, o primeiro ponto da nossa agenda indica para uma necessária readequação institucional da AMB frente aos desafios impostos à magistratura e à sociedade.

Na esfera da prestação jurisdicional vamos dar apoio institucional à luta pela celeridade do processo.

A demanda processual gerada nesta quadra histórica, ingressa em um sistema judicial estruturado para intervir de forma atomizada, válido para a demanda do início do século XX, porém ineficaz para solucionar os litígios que decorrem de violações massificadas.

O Justiça em Números do CNJ contribui com dados importantes e indica a necessidade não apenas de aumentar o orçamento do judiciário, mas sobretudo adequar a sua intervenção a demanda por justiça do nosso tempo. Temos de racionalizar a jurisdição. É surreal a possibilidade recursal do processo judicial brasileiro.

**Não é difícil usar os quatro degraus de jurisdição e, em cada um, exercer o poder recursal por mais de três dúzias de vezes. É um sistema vocacionado à prescrição e a impunidade.**

O impacto das violações nos serviços concedidos, precariamente regulados pelos órgãos setoriais, transfere ao Poder

Judiciário a responsabilidade de reparar os danos decorrentes de forma massificada a milhões de vítimas. A denominada macro lide ingressa no Judiciário na versão vetusta do processo individual, desencadeando um cotidiano patológico em que o Judiciário passa a compartilhar de forma institucionalizada a dor social decorrente dos direitos violados. Os poucos que buscam reparação, consomem os escassos recursos orçamentários do Judiciário. O litígio permanece no meio social e se eterniza pela via de processos repetitivos. Limitam a atividade jurisdicional e reprimem a criatividade do juiz pelo esgotamento laboral. É o momento de resolvermos o problema no primeiro grau. Daí que saudamos e apoiamos a iniciativa do CNJ de valorizar a jurisdição de base.

**É fundamental estudarmos a demanda por justiça de uma forma mais abrangente, considerando o efeito social das macro violações de direitos**

e o impacto das nossas sentenças ou da falta delas, sob a ótica dos direitos econômicos e sociais (DHESCA).

O Judiciário busca transformações e isso não é de agora. Sua reforma é um projeto inacabado e sofre forte pressão política de fontes distintas, algumas justapostas com forte carga de consenso social, outras originárias dos interesses hegemônicos da economia, com precária legitimidade e justificadas em interesses privados.

Nossa posição não é de resistência ao CNJ mas de legitimação a reivindicar uma participação da magistratura na elaboração das políticas nacionais do Judiciário, quer pelo



# da readequação institucional da AMB

## Soluções para atender, especialmente, a magistratura e a sociedade

imperativo democrático, quer pelo conhecimento acumulado que temos do sistema.

**Acreditamos que o CNJ seja parte da solução e não parte do problema, mas atuando na esfera e no limite de suas atribuições.**

Também pretendemos levar à sociedade um importante debate sobre o sistema tributário nacional. Vamos nos associar aos que de muito denunciam a injustiça fiscal brasileira. Um país que qualquer trabalhador do estado tem seu contracheque disponível (e não censuramos isso) mas uma grande corporação não presta contas das contrapartidas dos seus benefícios fiscais.

**As políticas de renúncias fiscais nunca foram bem explicadas no Brasil e tampouco entendidas pela sociedade.**

O modelo tributário atribui aos mais pobres a parcela maior de financiamento do Estado. A desigualdade na distribuição dos tributos, as tais transferências, privilegiam os mais ricos pelo financiamento do sistema produtivo e, estes, muitas vezes, são os que financiam as campanhas eleitorais.

Os governos que abrem mão de tributos sem qualquer contraprestação ou transparência, prejudicam o financiamento público de serviços essenciais, inclusive o Judiciário que, embora tenha autonomia financeira, tem suas receitas definidas pela arrecadação.

Na nossa gestão, colocaremos uma Vice-Presidência e a Escola Nacional da Magistratura como um laboratório jurídico voltado à pesquisa sobre a demanda judicial. Mediação, conciliação e Justiça Restaurativa estarão na agenda da AMB.

Vamos restaurar a Comissão Nacional de Direitos Humanos da Magistratura, com representação em todos os Estados da Federação. Seremos parceiros nas lutas contra as graves violações dos Direitos Humanos, como é o caso das atrocidades que neste exato momento estão ocorrendo no sistema prisional brasileiro ou da prática cotidiana da tortura perpetrada por agentes públicos no exercício de suas funções que ainda é uma triste realidade no Brasil.

**A criminalização dos pobres e dos movimentos sociais é um fenômeno incompatível com a civilização.**

No âmbito das prerrogativas, a luta por uma carreira estável, com avanços por tempo de serviço e remuneração compatível com garantias da paridade e integralidade remuneratória na aposentadoria, atende a peculiaridade de uma carreira que impõe sérias restrições constitucionais.

A vitaliciedade corre sério risco em face de Projetos de Emendas Constitucionais que tramitam no Congresso Nacional, embaladas por um discurso de duas vertentes: a dos que legislam sem um projeto de Estado, pela via do casuísmo e focado na figura do agente público desonesto, felizmente restrita minoria, e dos que são efetivamente desonestos e investem suas forças no enfraquecimento do Judiciário para assegurar as suas atividades ilícitas.

Sabemos das críticas ao que chamam de ativismo judicial, mas **o dilema do ativismo somente se resolve legislando. É ouvir o povo e legislar. Simples assim.**

Também de grande interesse social é a democratização dos tribunais. Queremos que todos os juízes votem para escolher os presidentes dos tribunais, vamos priorizar essa luta, porque terá fortes reflexos no aprimoramento do Judiciário.

A luta pelo Adicional por Tempo de Serviço, o ATS, é uma luta pela carreira da magistratura. Uma carreira que vem perdendo quadros ultimamente por não ser tão atrativa e por não apresentar um processo evolutivo no decorrer do tempo. A estagnação da carreira ainda pode agravar com a aprovação da PEC que eleva a aposentadoria compulsória para os 75 anos. Além disso, a medida trará forte impacto no sistema previdenciário com as aposentadorias prematuras.

É necessário acreditarmos nas mudanças. Temos de reinventar a formação jurídica, desacreditar a ideia de que direito nada tem a ver com a política. Preparar o futuro operador do direito para os conflitos coletivos e para os Direitos Humanos. Combater a crença secular de imutabilidade do sistema que introjeta o pensamento resignado de que isso sempre foi assim e não mudará. O nosso desafio como juízes e dirigentes de uma classe é mostrar para sociedade que é possível mudar. Para tanto temos de nos mexer, porque a vida em movimento é muito mais vivida.

Muito Obrigado.

# Novos Conselhos Executivo e Fiscal apresentam

## Titulares das pastas apresentam suas propostas a

**O**s novos Conselhos Executivo e Fiscal da AMB empossados, em dezembro passado, iniciaram os trabalhos apresentando as metas para a gestão no triênio (2014-2016).

No seu pronunciamento o secretário-geral, Marcos Daros, destacou a remodelação na sua área. “O que tem para ser feito quanto as minhas atribuições é uma remodelação das atividades administrativas e financeiras, questões de recursos humanos, para que todas as vice-presidências possam trabalhar com alegria e tranquilidade, de maneira que estarão cientes de que a parte interna da AMB estará bem organizada”.

Já o diretor-tesoureiro, Emanuel Bonfim, esclareceu



Ministro Lewandowski e alguns integrantes da nova diretoria na solenidade de posse

que a sua pasta é fundamental para a entidade porque congrega toda a logística financeira da Associação. “Portanto, é responsável por organizar custos da enti-

dade, e todos os eventos passam necessariamente pela tesouraria para que possa dar um suporte à presidência”.

Os 11 vice-presidentes, coordenadores e mem-

bros do Conselho Fiscal também se manifestaram quanto aos trabalhos que vão desenvolver no decorrer desse período de três anos.

“Vamos executar as políticas de Comunicação do presidente João Ricardo, com dois focos distintos: um voltado à comunicação externa da entidade com os demais segmentos da sociedade, e o outro, a atenção específica na comunicação entre a Associação e os associados. Portanto, são duas formas diferentes de trabalhar a comunicação e pretendemos com isso intensificar esses contatos”

**Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, vice-presidente de Comunicação**

“Pretendemos alinhar o nosso plano de ação, levando a discussão à diretoria, mas nosso plano inicial é o de trabalhar de maneira geral pela valorização da magistratura, melhorar as condições de trabalho dos nossos magistrados e fortalecer a justiça como um todo”

**Sérgio Luiz Junkes, vice-presidente Institucional**

“O importante será desenvolver projetos que alcancem esse tema em todo o país. O Brasil tem muito a desenvolver nessa área e nós como Magistrados temos com essas entidades que são contempladas por essa pasta, muito a contribuir com nossa experiência de vida assim como na vida funcional”

**Ricardo de Araújo Barreto, vice-presidente de Direitos Humanos**

“Temos muito a caminhar na área legislativa, porque é o Congresso Nacional que vai pautar as conquistas, os avanços para a magistratura e a própria cidadania. O que nós mais queremos é uma justiça mais cidadã, e para isso nós dependemos da valorização da magistratura. Vamos buscar isso no Congresso Nacional”

**Nelson Missias de Moraes, vice-presidente de Assuntos Legislativos**

“Vamos estudar os projetos que estão em andamento na área trabalhista. Quero ver o que existe em andamento e tenho a intenção de encaminhar os projetos junto à Anamatra, aprovados pelo Conselho e a Diretoria da AMB”

**Maria Madalena Telesca, vice-presidente de Assuntos Trabalhistas Legislativos**

“Estamos começando com muita esperança de avançarmos nas lutas da magistratura. A minha vice-presidência é uma das questões que mais tem incomodado os magistrados e esperamos conseguir avançar. Tenho certeza que vamos conseguir alcançar os resultados que objetivamos”

**Hadja Rayanne Holanda de Alencar, vice-presidente de Prerrogativas**



# am metas para gestão no triênio 2014-2016

## a fim de garantir o bom andamento dos trabalhos

"Pretendemos levar a AMB para todo o Brasil. O trabalho será de refiliar ex-associados, trazer novos sócios para a AMB, e para isso vamos fazer eventos em alguns Estados, por região, para poder reunir colegas"

**Nartir Dantas Weber, vice-presidente de Interiorização**

"A pasta foi criada para aproximar a AMB dos magistrados. A Associação tem de se tornar mais presente na vida de juizes, e isso só se torna possível participando efetivamente do trabalho do magistrado e do exercício da jurisdição"

**Paulo de Mello Feijó, vice-presidente de Efetividade da Jurisdição**

"Estamos à disposição desse projeto, do nosso líder maior que é João Ricardo. A vice-presidência Administrativa é uma verdadeira assessoria da Presidência. Estamos à disposição do presidente para atuar em qualquer projeto que achar interessante e que possamos auxiliá-lo tanto na parte de pessoal"

**Wilson da Silva Dias, vice-presidente de Administração**

"Nossa meta é valorizar o lado cultural dos magistrados mediante encontros e eventos permanentes a fim de divulgarmos trabalhos artísticos, literários e musicais com o objetivo precípuo de integrarmos ainda mais os magistrados de todo país"

**Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira, vice-presidente Cultural**

"Temos diversas metas a serem cumpridas como a realização do Segundo Encontro Internacional Ambiental em local ainda a ser definido, promover cursos e eventos em parceria com a escola nacional de magistratura, buscar convênios com universidades para realização de cursos de pós-graduação"

**Adriano Gustavo Veiga Seduvin, vice-presidente de Meio Ambiente**

### Coordenadores

"O grande objetivo dessa gestão é de organizar a atuação das Associações estaduais, permitindo criar na AMB um espaço para que essas Associações tenham influência, e participação no processo de atuação da própria entidade. O que observamos hoje é que a AMB estava de costas para essas Associações estaduais. A coordenação vai buscar integrar a atuação dessas instituições para somar forças à AMB no sentido das grandes bandeiras como ATS, reajustes de subsídios e o novo projeto da Loman"

**Gervásio Protásio dos Santos Júnior, coordenador da Justiça Estadual**

"A minha preocupação é pertinente para discutir uma nova Justiça Militar para o país, reestruturar uma nova justiça especializada a partir da iniciativa do próprio Conselho Nacional de Justiça, que constitui uma comissão para elaborar um diagnóstico"

**Edmundo Franca, coordenador da Justiça Militar**

"A prioridade será conciliar e unificar as pautas da Justiça Federal e Estadual objetivando otimizar a luta da magistratura nacional. Ao mesmo tempo, vamos priorizar a participação e debate nos projetos legislativos de interesse do Judiciário, bem como aprofundar a inserção social do juiz"

**Rogério Favretto, coordenador da Justiça Federal**

"Uma das principais metas é trazer de volta às Amatras que estão fora da AMB. Hoje somos apenas seis, enquanto que são 24 Amatras no total. Vamos tentar convencê-las a retornar à AMB e tornar a Associação uma entidade unificadora de toda a magistratura"

**Antonio Oldemar Coêlho dos Santos, coordenador da Justiça do Trabalho**

"Pretendo, inicialmente, colher as sugestões dos representantes da categoria nas Associações estaduais, no sentido de priorizar as questões mais prementes, bem como me empenhar pela valorização dos inativos perante os nossos Tribunais de Justiça"

**Nelma Torres Padilha, coordenadora de Aposentados**

### Conselho fiscal

"O papel do Conselho é ser ouvido pela diretoria da AMB para opinar em todos os processos que envolvem as despesas que a AMB fizer durante a gestão do João Ricardo. Iremos cumprir essa tarefa, fiscalizar os gastos e colaborar por meio de orientações mais adequadas"

**Helvécio de Brito Maia Neto**

"A meta do Conselho Fiscal é de conseguir organizar tudo o que for necessário e contribuir com os demais setores da AMB para que a gestão que acaba de assumir tenha êxito pleno na preservação das prerrogativas e conquista de melhorias para a magistratura"

**Luiz Gonzaga Mendes Marques**

"O foco inicial do nosso trabalho será de apoio total a todos os colegas da AMB com projetos voltados para a mulher e, principalmente, na valorização da magistrada. Nós ainda temos poucas mulheres nos tribunais"

**Hermínia Maria Silveira Azoury**

# Conselho Executivo realiza primeira reunião da gestão

## Diretores aprovaram por unanimidade retorno da votação proporcional

**N**a primeira reunião dos novos membros do Conselho Executivo da AMB, o presidente João Ricardo Costa colocou em pauta o retorno da votação proporcional no Conselho de Representantes. A aprovação foi unânime.

“Essa medida atende rigorosamente ao critério estatutário e afasta a utilização do parecer de junho de 2012. Essa foi uma decisão importante de gestão, no momento em que restabelecemos o equilíbrio de representação dentro da entidade”, avaliou.



Para João Ricardo decisão atende ao critério estatutário

Os novos representantes da diretoria da AMB discutiram ainda a agenda de eventos e a formação de comissões temáticas que devem atuar junto ao

Congresso Nacional. Os nomes dos magistrados que irão compor esses grupos devem ser definidos nos primeiros meses de 2014. “Fizemos contatos para que

em fevereiro as Comissões já estejam compostas”, prevê o presidente.

Na avaliação do secretário-geral, Marcos Daros, “a reunião foi profícua e já deixou claro como será o trabalho desse grupo de agora em diante. Será feita uma reorganização sob todos os aspectos”, afirmou.

Para a reunião, que será realizada no dia 4 de fevereiro, na sede da Ajuris, em Porto Alegre (RS), será discutido o plano estratégico da gestão que deverá ser cumprido nos próximos três anos.

## Novo presidente da Asmeto toma posse em fevereiro



Roniclay de Moraes assumirá a Associação no dia 4

O juiz Roniclay Alves de Moraes que atua na comarca de Gurupi vai comandar a Associação dos Magistrados do Estado de Tocantins (Asmeto). A cerimônia de posse está prevista para acontecer no dia 4 de fevereiro.

O magistrado liderou a chapa “Asmeto para todos” e venceu a eleição com 89 votos, o que correspondeu a 62,23% do total. Cento e quarenta e três associados

participaram do pleito.

Para o presidente eleito, “o propósito principal é construir uma magistratura forte e unida”.

Roniclay representará os magistrados de Tocantins no biênio 2014-2016.

## Claudine Teixeira assume a presidência da Amatra 8



Claudine Rodrigues já está à frente dos trabalhos

Líder da chapa “Rumo certo”, a juíza Claudine Teixeira da Silva Rodrigues é a presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) – Amatra 8.

A magistrada que tomou posse no dia 1º de janeiro deste ano, administra a associação junto aos vice-presidentes Carlos Rodrigues Zahloth e Océlio de Jesus Carneiro de Moraes.

Ao todo, 111 magistrados participaram das eleições da Amatra 8. A chapa vencedora recebeu 65 votos. Foram registrados um voto em branco e duas abstenções.

# O perfil da nova gestão da ENM

Até 2016, a ENM será coordenada por Marcelo Piragibe e Cláudio dell' Orto



Novos dirigentes assumiram a ENM e têm muitos projetos a executar

Uma ENM próxima do magistrado e com cursos que permitam não só a ampliação do conhecimento, como também a possibilidade de servir na pontuação para promoção por merecimento, além de outros projetos como o de mestrado profissionalizante, serão alguns dos eixos de trabalho da nova diretoria da Escola Nacional da Magistratura que tomou posse em dezembro do ano passado.

O juiz de Minas Gerais Marcelo Piragibe que já foi coordenador e vice-presidente da ENM é o diretor-presidente no triênio 2014-2016. Uma das primeiras ações já começou a ser realizada. “Vamos levantar quais os cursos que tiveram maior aceitação entre os magistrados e, junto com as escolas de todos os segmentos da magistratura, identificar quais as necessidades dos nossos colegas e quais os critérios de cada Tribunal para conceder a promoção por merecimento”, explicou.

Cláudio dell' Orto, vice-diretor presidente da Escola, adiantou que a ENM irá ainda “trabalhar para que a qualificação dos magistrados seja facilitada com a realização de atividades acadêmicas em vários locais”.

De acordo com Piragibe, será meta da nova diretoria lutar para que seja implementado o mestrado profissionalizante, uma bandeira antiga da classe. O primeiro projeto já em andamento e que foi decidido na primeira reunião de diretores será o de implementar a denominada socialização dos métodos de gestão de gabinete e de cartório. “A intenção é oferecer uma troca de experiência entre os juízes mais experientes e os que estão assumindo novas atribuições. Os coordenadores da ENM já estão trabalhando junto aos tribunais para levantar dados que permitam, ainda neste semestre, realizar cursos práticos para magistrados que são promovidos ou removidos para varas especializadas”, disse.

**Em seu primeiro ato como diretor-presidente da ENM, Marcelo Piragibe, nomeou os membros para ocupar cargos não eletivos nas secretarias e coordenadorias da Escola.**

Veja a lista:

**Secretário-Geral:**

Eladio Luiz da Silva Lecey – RS

**Secretária-Adjunta:**

Vera Lúcia Deboni – RS

**Assessor para assuntos acadêmicos e de convênios:**

Antonio Rulli Júnior

**Diretor-Adjunto da Justiça Estadual:**

Celso Luiz Limongi – SP

**Diretor-Adjunto da Justiça do Trabalho:**

Maurício Paes Barreto Pizarro Drummond – RJ

**Diretor-Adjunto da Justiça Eleitoral:**

Ivone Campos Guillarducci Cerqueira – MG

**Diretor-Adjunto da Justiça Militar:**

Fernando José Armando Ribeiro – MG

**Assessores Especiais:**

Luiz Guilherme Marques – MG e

Roberta Araújo de Carvalho Maciel – MG

**Coordenadores:**

Ailton Alfredo de Souza – PE

Allan Martins Ferreira – TO

Anastácio Lima de Menezes Filho – AC

Andremara dos Santos – BA

Cláudio Eduardo R. de Figueiredo e Silva – SC

Fábio Aguiar Munhoz Soares – SP

Flávio Humberto Pascarelli Lopes – AM

Francisco Alves Júnior – SE

Jamilson Haddad Campos – MT

José Laurindo de Souza Neto – PR

Lourival Jesus Serejo Souza – MA

Manoel Cavalcanti de Lima Neto – AL

Mantovanni Colares Cavalcante – CE

Maria Aparecida Sarmento Gadelha – PB

Paulino José Lourenço – ES

Raimundo Rodrigues Santana – PA

Rodrigo Cardoso Furlan – RR

Rosana Broglio Garbin – RS

Sebastião Ribeiro Martins – PI

Tiago Pinto – MG

Thiago Soares C. Lucena de Castro – GO

Vilson Bertelli – MS

Wagner Guerreiro – MG



# Piragibe visita escolas da magistratura

## ENM dará continuidade a parceria com escolas judiciais e associativas



No Rio Grande do Sul, Marcelo Piragibe realizou a primeira reunião de trabalho para apresentação do planejamento

O diretor-presidente da ENM, Marcelo Piragibe, deu início ao cronograma de visitas às associações e escolas estaduais, federais, trabalhistas militares e eleitorais de magistrados. A agenda faz parte da estratégia de trabalho da nova diretoria da ENM.

Em dezembro, o magistrado esteve na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), em Minas Gerais. Piragibe foi acompanhado do coordenador da ENM Tiago Pinto e recebido pelo desembargador de Minas

Gerais, Baía Borges. “Queremos estar mais perto e conhecer o trabalho e as dificuldades dos estados. Esta é uma maneira de aprimorar o trabalho da ENM e também de mostrar que as escolas estaduais podem contar conosco”, disse o diretor-presidente.

A Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul foi a segunda a receber Piragibe. “A intenção é ir a todas as escolas ligadas à ENM. Isso nos aproxima e permite a troca mais eficiente de informações”, afirmou.

Durante a visita foi realizada ainda uma reunião de trabalho para apresentação do planejamento de trabalho da Escola nos próximos três anos. Participaram também o secretário-geral da ENM, Eládio Lecey, a secretária-geral adjunta, Vera Lúcia Deboni, e a juíza Rosana Broglio Garbin que foi nomeada coordenadora da ENM.

“Foi um encontro de extrema importância, discutimos a respeito dos cursos que serão realizados este ano e deixamos claro que o foco é colocar a ENM mais presente nos

Estados”, explicou o secretário-geral, Eládio Lecey.

Para o diretor da Escola do Rio Grande do Sul, Alberto Delgado, a visita de Piragibe à escola demonstra uma preocupação de oferecer cursos que melhorem o trabalho do magistrado e consequentemente a sua qualidade de vida. “O novo diretor tem uma visão completa da magistratura e vai conseguir conduzir muito bem esse trabalho”.

Em janeiro foi visitada a Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj).

## Programa Cidadania e Justiça é prioridade da ENM

Um dos principais programas da AMB e da ENM, o “Cidadania e Justiça também se aprendem na escola”, vai continuar a ter uma atenção especial. “A aproximação e interação com a sociedade e com projetos de cidadania é fundamental para legitimar o trabalho da AMB e da ENM”, explicou Piragibe.



No Rio de Janeiro, o projeto chegou a sua 6ª edição com a impressão de 60 mil novas cartilhas. O livro que será distribuído a crianças do

ensino fundamental trabalha com noções de direitos e deveres do cidadão brasileiro. “As crianças e adolescentes tornam-se multiplicadores em suas casas, criando uma rede dinâmica de pessoas mais conscientes”, disse o vice-diretor da ENM, Cláudio dell’Orto.

Em 20 anos de projeto, mais de 13 milhões de

crianças já participaram. No Rio de Janeiro, ele faz parte do Juristur – Conhecendo o Judiciário. O programa é desenvolvido em parceria com a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) e promove ainda visitas guiadas ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).